

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A DIPLOMÁTICA SOB A PERSPECTIVA DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

Bianca da Costa Maia Lopes¹
Thayron Rodrigues Rangel²
Clarissa Schimidt³

RESUMO: O advento das novas ferramentas de disseminação e produção de informações e documentos, a partir da evolução tecnológica, aponta para a adoção de novas práticas às áreas do conhecimento. O presente artigo aborda a correlação de interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Diplomática. O caminho metodológico foi, por um lado, discutir seus laços interdisciplinares partindo-se de revisão bibliográfica; por outro, analisar aspectos teóricos do documento arquivístico digital, com ênfase no elemento da autenticidade. Infere-se que os recursos tecnológicos renovam a forma pela qual ambas as ciências se relacionam, sob a perspectiva do documento arquivístico digital.

Palavras-chave: Documento Arquivístico Digital. Diplomática. Interdisciplinaridade.

INTERDISCIPLINARY DIALOGUES BETWEEN ARCHIVAL SCIENCE AND DIPLOMATIC FROM THE PERSPECTIVE OF DIGITAL ARCHIVAL DOCUMENT

ABSTRACT: The advent of new tools of dissemination and production of information and documents from the technological evolution points to the adoption of new practices in the areas of knowledge. This article discusses the correlation of interdisciplinarity between Archivology and Diplomatic. The methodological approach was, on the one hand, discuss their interdisciplinary ties starting with literature review; on the other, to analyze theoretical aspects of digital archival document, with emphasis on the authenticity element. It is inferred that the technological resources renew the way in which both sciences are related, from the perspective of digital document archival.

Keywords: Digital Document Archival. Diplomatic. Interdisciplinarity.

¹ Coordenadora de Tecnologia da Informação do Rioprevidência; Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo IBICT, Bacharel em Comunicação Social pela Escola de Comunicação da UFRJ e Graduanda de Arquivologia pela UNIRIO; email: bianca.lobes@gmail.com

² . Diretor Administrativo do campus Belford Roxo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo IBICT, Bacharel em Biblioteconomia pela UNIRIO e Graduando de Arquivologia também pela UNIRIO; e-mail: thayron.rangel@gmail.com

³ Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutora em Ciência da Informação (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Mestre em História Social e bacharel em Ciências Sociais, ambos pela PUC-SP e Graduanda de Arquivologia da UNIRIO; e-mail: clarissaschmidt@id.uff.br

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o alvorecer do paradigma tecnológico e a conformação de uma nova ordem informacional apontam para a reconfiguração das dinâmicas de produção, fluxo, disseminação e acesso à informação. Sob esse prisma, a transversalidade da infraestrutura da informação perpassa o fenômeno arquivístico e permite novas abordagens do documento através do advento das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Nesse sentido, a evolução tecnológica enseja o uso de novas ferramentas para produzir e disseminar informações e documentos a partir das necessidades galgadas no discurso contemporâneo de segurança, transparência e *accountability*. Por seu turno, a questão da autenticidade apresenta novas conotações em diversas áreas do saber, em especial, na Arquivística, que adquiriu novos fazeres e práticas a seu campo de estudo.

Com efeito, denota-se que há correlações interdisciplinares da Diplomática com outras ciências, em especial, a Arquivologia, a exemplo da apropriação do método diplomático por esta para novos usos, como apontado por Duranti (1998) em “Diplomatics: new uses for an old science”. Seria pertinente recorrer a uma ciência que remonta ao século XVII, época na qual recentes inovações tecnológicas anunciavam o aperfeiçoamento do telescópio, por Galileu Galilei, assim como a criação do método decimal de pesos e medidas, para analisar o documento arquivístico digital? Crê-se que sim. A resposta também é positiva em semelhante questionamento proposto por Rondinelli (2011) na introdução de sua tese de doutorado.

Tal pertinência deriva de um esforço “consiliente”⁴ que diferentes campos do saber podem empreender, prosperando o entrelaçamento de diversas áreas do conhecimento, atenuando a delimitação fronteira e estanque dos saberes. Com efeito, enfatiza-se a existência e a persistência de laços interdisciplinares entre ambas as ciências aqui mencionadas.

Destarte, pretende-se discutir o caráter interdisciplinar da relação entre a Diplomática e a Arquivologia no tratamento de documentos, em plena era digital, partindo-se de revisão bibliográfica. Notadamente, objetiva-se promover uma abordagem do documento arquivístico

⁴ A percepção da ideia de interdisciplinaridade remonta ao termo “consiliente”, cunhado por William Whewell desde o século XIX, em seu livro “The Philosophy of the inductive sciences” (1840). Ao prefaciar uma coletânea sobre a interdisciplinaridade nas Ciências Sociais e na Ciência da Informação, Gilda Braga (1999, p. 9) explica-o como o “salto conjunto do conhecimento entre e através das disciplinas, por meio da ligação de fatos e de teorias, para criar novas bases explanatórias”.

digital com a lente da Diplomática Contemporânea, considerando-se, sem embargo, a reconciliação proposta por Duranti (1994):

Assim, poderíamos usar a arquivologia, seus princípios e conceitos, como o físico utiliza a câmara de neblina: provocando o choque entre elementos desconhecidos e elementos conhecidos, poderíamos descobrir a natureza do que é ou aparenta ser novo. [...] Com a utilização desse método, o conhecimento tradicional pode ser transformado pela interação com as novas observações, e suas aparentes contradições podem ser reconciliadas (DURANTI, 1994, p.50).

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O trabalho realizado teve o propósito de apresentar os horizontes dos aspectos teórico-metodológicos da Diplomática Contemporânea, abordando-se os conceitos contornados sob a perspectiva do documento arquivístico digital.

Para tanto, definiu-se como objetivo geral de pesquisa analisar a correlação interdisciplinar entre a Diplomática e a Arquivologia no tratamento dos conjuntos documentais. Especificamente, buscou-se verticalizar a abordagem do documento arquivístico digital com a lente da Diplomática Contemporânea, em virtude do delineamento histórico e da aproximação entre estas áreas de conhecimento.

A fim de lograr os objetivos deste estudo, obedeceu-se aos seguintes procedimentos teórico-metodológicos: revisão bibliográfica e análise dos aspectos teóricos do documento arquivístico digital, com ênfase no elemento da autenticidade. Importa esclarecer que não se pretendeu estabelecer um panorama exaustivo acerca da literatura específica da área sobre esta temática, porém, selecionar fontes específicas para a análise pretendida.

Para nossas reflexões partimos da vasta revisão bibliográfica empreendida por Rosely Rondinelli em sua tese de doutorado, intitulada “O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária”, defendida no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Convênio IBICT/UFF, no ano de 2011. Resultado de pesquisa de fôlego, de maneira geral a tese aborda o conceito de documento arquivístico em perspectivas teóricas e históricas, colocando como centro da investigação muitas reflexões a respeito do conceito de documento arquivístico e da sua aplicação ao ambiente digital, tendo como base a Arquivologia e a Diplomática.

Para mais, baseou-se também em referenciais teóricos da área da Arquivologia e sobre a interdisciplinaridade dos saberes.

3 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO ELO TÉCNICO COGNITIVO

A Arquivologia e a Diplomática são alicerçadas de modo a atender as demandas da sociedade, corroborando com a construção das Ciências a partir de seus estudos epistemológicos, técnicos e, ainda, interdisciplinares.

De acordo com Japiassu (1976):

[...] do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador (JAPIASSU, 1976, p. 65-66).

Ainda segundo o autor (1976), as modalidades possíveis de colaboração interdisciplinar expressam-se mediante relações de: (a) Contiguidade: disciplinas que constituem conjuntos distintos e apenas tangenciam umas as outras; (b) Fronteira: disciplinas em que há uma pequena zona de interseção, que corresponde a uma fronteira comum; (c) Amplos Recobrimentos: disciplinas que possuem grandes zonas de interseção, ao ponto de cada uma correr o risco de perder sua identidade; (d) Dependência: disciplinas cujos fenômenos determinam os que se produzem no interior de outras; (e) Interdependência: disciplinas cujos fenômenos causam os que se produzem no âmbito de outras e; (f) Transespecificidade: disciplinas cujos conceitos têm funções semelhantes no interior de outras disciplinas.

A partir destas compreensões, apresenta-se como forma de colaboração interdisciplinar em zona de fronteira a Diplomática e a Arquivologia, apontando como objetos de análise os documentos arquivísticos, produzidos no decorrer das atividades e/ou funções de uma pessoa ou instituição. Inicialmente, conforme apresentada por Leal ([s.d]), a Diplomática expressa um longo e produtivo caminho a sua frente e representa um instrumento único para se fazer a distinção entre documento autêntico, documento falso e documento falsificado.

Em uma abordagem contemporânea das ciências, Pombo (2004) as organiza em três tipos, definindo-os como reordenamentos disciplinares:

Ciências de fronteira – novas disciplinas que se constituem na fronteira de duas disciplinas tradicionais; Interdisciplinas – novas disciplinas que surgem com o cruzamento de disciplinas científicas com o campo industrial e organizacional; e interciências – constituição de uma polidisciplina que tem um núcleo duro e, à sua volta, uma auréola de outras disciplinas (POMBO, 2004, p. 15).

Com a delimitação das áreas de fronteira, toque e colaboração das ciências, bem como sua transversalização quanto à abordagem interdisciplinar, para a estruturação cognoscível deste estudo cabe compreendermos brevemente os contextos de surgimento da Arquivologia como campo científico, tal qual a Diplomática, além da apropriação desta por aquela.

3.1 ARQUIVOLOGIA E DIPLOMÁTICA COMO CAMPOS CIENTÍFICOS

A Arquivologia é uma área de conhecimento resultante de processos históricos e epistemológicos que têm origem na própria história dos arquivos. Nessa linha de pensamento, entendemos que se desenvolve como área de conhecimento na constante interação do *fazer* – demandado por necessidades e práticas sociais – com o *saber*.

Pode-se dizer que o estabelecimento do princípio da proveniência na França em 1841 é o que estabelece o seu primeiro marco teórico e, quase meio século depois, o Manual dos Holandeses (1898) sistematiza as teorias e metodologias da ciência dos arquivos até então. A partir disso, as teorias e princípios da área, ao serem desenvolvidos e formulados, estabeleceram o pilar que mantém e tornou-se o fundamento desta ciência, isto é, a possibilidade em representar, de maneira fiável, o contexto de origem e as funções do documento arquivístico. E, para tornar isso possível, são operadas as funções arquivísticas, ou seja, os procedimentos, estabelecidos em termos de *saber*, que tornam e dão lógica ao objetivo da Arquivologia, que é o acesso aos documentos arquivísticos (SCHMIDT, 2012).

Já a Diplomática tem suas origens no século XVII fundamentalmente com objetivo de averiguar a autenticidade de documentos eclesiásticos. Não desconsiderando seu processo de desenvolvimento e afirmação enquanto ciência, cabe-nos aqui retomá-la já a partir do final do século XX, quando passa a “ser dividida em Diplomática Histórica e Diplomática Arquivística. Essa última, a partir da década de 1980 começa a auxiliar os arquivistas na difícil tarefa de compreender o processo de criação dos documentos contemporâneos” (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 25).

A proposta que retorna à Diplomática na busca em lidar com as novas realidades apresentadas para a Arquivologia se desenvolve no Canadá, ainda que suas origens remetam-se à Itália a partir das obras de Paola Carucci no final da década de 1980, principalmente em torno de preocupações com as qualidades essenciais do documento arquivístico no âmbito eletrônico.

Essa preocupação pela compreensão de tratamento do documento arquivístico passa a ser dotada de um “locus investigativo privilegiado (e institucionalizado) em Luciana Duranti, com a publicação de ‘Diplomatics: new uses for an old science’” (TOGNOLI; GUIMARÃES 2009, p.23). Nessa obra, Duranti analisa a aplicação de métodos da Diplomática “tradicional” para o tratamento dos documentos contemporâneos e inaugura uma nova maneira de tratá-los, sendo diferente da “antiga” Diplomática por considerar o conjunto documental como objeto de análise e não a peça, o documento único. Segundo Tognoli e Guimarães (2009, p. 23), essas ideias de Duranti constituem um “divisor de águas no conhecimento arquivístico, uma vez que propicia a análise de diferentes documentos, independente de sua natureza”.

Ao passo da virada para o século XXI, preocupada com a autenticidade e a preservação dos documentos digitais, Duranti organiza através da universidade na qual leciona, British Columbia, projeto para pensar sobre a preservação dos documentos arquivísticos digitais. Assim, em 1999 inicia o Projeto InterPARES⁵ – “International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems” (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), sustentado por três diferentes fases; a primeira, de 1999 até 2001, objetivou a identificação de condições para avaliar e manter a autenticidade dos documentos digitais.

Durante a segunda fase, 2002 até 2006, o projeto focou nos documentos arquivísticos digitais gerados em contextos diferentes, e já na sua terceira fase, de 2007 com término em 2012, que conta com a participação de representantes de diversos países, dentre eles o Brasil, se propôs a habilitar as instituições responsáveis pela produção e manutenção de documentos arquivísticos digitais para desenvolver formas de preservação e acesso, de longo prazo, a esses documentos.

Assim, como vimos, as origens da adaptação de um método “antigo” para a contemporaneidade remetem-se às argumentações propostas por Paola Carucci após aplicá-lo aos documentos da administração pública italiana no final da década de 1980, tendo seu aprofundamento investigativo desenvolvido e institucionalizado principalmente através das reflexões de Luciana Duranti no Canadá (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009), a partir da necessidade em compreender o documento arquivístico digital.

⁵ Para maior detalhamento e profundidade sobre o projeto, acessar o *site* http://www.interpares.org/ip3/ip3_overview.cfm?team=4. Acesso em: 13 jun 2016.

4 COMPREENDENDO O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Não se pode pensar no documento arquivístico digital sem antes ter pleno conhecimento do que efetivamente seja o documento de arquivo, objeto da Arquivologia. Afinal, ainda que o suporte daquele seja digital, os elementos que os compõem e os definem não são diferentes.

Buscando tal compreensão, a leitura do quinto capítulo da tese de Rondinelli foi fundamental nesse sentido. A autora faz levantamento aprofundado do que dizem os autores considerados clássicos pela Arquivologia, os ditos contemporâneos, e ainda nos dicionários de especialidade da área, com vistas a analisar diferentes considerações terminológicas que envolvem o conceito de documento arquivístico, de modo a apresentar aos leitores ideias centrais sobre o conceito deste documento, relacionando-os, sempre que mencionado pelas fontes supracitadas, com a questão da autenticidade.

Em relação aos autores considerados clássicos, Rondinelli se fundamentou nas ideias do trio holandês que escreveu o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (1973)”, também conhecido como “Manual dos Holandeses”, na visão do arquivista inglês Sir Hilary Jenkinson (1922), no que defendeu o arquivista americano Theodore R. Schellenberg (1956) e nas vozes do alemão Adolf Brenneke (1953) e dos italianos Eugenio Casanova (1928) e Giorgio Cencetti (1937).

Em termos cronológicos, estes autores produziram seus textos entre os anos de 1898 e 1956, e já em termos geográficos, em alguns países da Europa e nos Estados Unidos. Tais apontamentos em relação ao tempo e ao lugar de escrita de cada um é, de acordo com Rondinelli, fundamental para compreensão do contexto que deu origem às diferentes concepções.

A autora sistematizou os conceitos e definições destes autores e, em que pesem as diferenças, destaca que todos convergem nas seguintes ideias centrais: a natureza dos arquivos é formada por pessoas jurídicas e documentos arquivísticos são dotados de organicidade (RONDINELLI, 2011).

Em relação à autenticidade, o único destes autores que manifesta preocupação com a questão é Hilary Jenkinson (1922). Vale destacar que o estudo da estrutura formal e da autenticidade dos documentos sempre foi a grande preocupação da Diplomática. Já no campo dos arquivos, antes mesmo do surgimento da Arquivologia, o que durante muitos anos conferiu autenticidade aos documentos era o “lugar” em que os documentos eram depositados, o que mais tarde, a partir das ideias de Hilary Jenkinson (1922), passa a ser

estabelecido como requisito fundamental para a autenticidade do documento arquivístico, sua custódia contínua.

Seu fundamento reside no fato de que a custódia exercida pela e para instituição produtora dos documentos ou seu legítimo sucessor, (uma instituição arquivística), assegura que esses documentos são os mesmos desde o início, não sofreram nenhum processo de adulteração e, portanto, são autênticos. Trata-se do conceito de linha idônea de custodiantes responsáveis, de Jenkinson, pelo qual a qualidade dos arquivos, mais precisamente a sua autenticidade, depende da capacidade de se manter uma cadeia ininterrupta de custódia dos mesmos (RONDINELLI, 2011, p. 151).

Ainda que de forma breve, é fundamental esclarecermos que a autenticidade é um tema caro à Arquivologia, cabendo ao profissional arquivista colocá-la no centro de suas atenções. Afinal, de acordo com o glossário do Projeto InterPares⁶, garantir um documento autêntico é manter a credibilidade de um documento arquivístico enquanto tal, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e de estar livre de adulteração e corrupção.

Já ao dialogar com os conceitos e definições dos autores contemporâneos, Rondinelli (2011) primeiramente apresenta a escolha das fontes selecionadas, pois seria impossível dialogar com todos os trabalhos contemporâneos sobre a temática. Assim, afirma que “a escolha das obras analisadas se pautou por critérios que levaram em conta a excelência das reflexões sobre o objeto da Arquivologia”.

De língua latina foram analisados o “Manual de Arquivística” (1973), elaborado pela Associação dos Arquivistas Franceses, a arquivista italiana Paola Carucci (1983), e as arquivistas espanholas Vicenta Cortés Alonso (1989), Antonia Heredia Herrera (1991), Martín-Pozuello Campillos (1996) e Rodríguez Bravo (2002). Já em relação aos autores de língua inglesa, Rondinelli se baseou em Luciana Duranti (1994; 1998; 2002), Terry Eastwood (2009), os australianos Sue McKemmish (2001; 2005) e Frank Upward (2010), além do arquivista inglês Geoffrey Yeo (2007; 2008).

Mesmo com significativas diferenças temporais, cronológicas e geográficas, é interessante observar que as convergências dos autores em relação à natureza dos arquivos e a organicidade são idênticas às apresentadas pelos autores clássicos, isto é, a natureza dos arquivos é formada por pessoas jurídicas e documentos arquivísticos são dotados de organicidade (RONDINELLI, 2011).

⁶ Disponível em: http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?team=4&status=dictionary. Acesso em: 13 jun 2016.

Entretanto, no tocante à autenticidade, observa-se que há um alargamento na preocupação com a questão, sendo esta tratada por Luciana Duranti, Cortés Alonso, Martín-Pozuello Campillos e Terry Eastwood.

Finalmente, no que tange aos dicionários, glossários e instrumentos afins da Arquivologia, a autora se baseou nas seguintes obras: “Hacia un Diccionario Iberoamericano de Terminologia Archivística” (1996), “Diccionario do Grupo Iberoamericano de Tratamiento de Archivos Administrativos” (1996), “Diccionario de Terminologia Arquivística” (1996), “Diccionario Brasileiro de Terminologia Arquivística” (2005) e o “Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos” (2008).

Como no caso dos conceitos de documento arquivístico apresentados pelos autores clássicos e contemporâneos, que convergem em relação à natureza do documento arquivístico a partir de pessoas jurídicas e a organicidade, no caso dos dicionários e glossário, Rondinelli (2011, p. 220) afirma que, para além desta convergência, “existe uma indefinição terminológica em relação aos termos arquivo e documento arquivístico”.

Tais reflexões foram fundamentais para a compreensão de que o documento arquivístico pode se apresentar em qualquer suporte, podendo ser considerado o “registro de ações humanas, independente da forma como se apresenta e da base em que se encontra afixado” (RONDINELLI, 2011, p. 223).

Dito isto, segundo a autora, a definição que melhor simboliza o documento arquivístico é a da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2008), isto é, aquele “documento produzido e ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte”. E um elemento que qualifica e caracteriza esse documento arquivístico é, precipuamente, a autenticidade.

4.1 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

Ao iniciar suas análises sobre o documento arquivístico digital, Rondinelli (2011) discute acerca do ambiente digital e afirma que, nesse contexto, tal documento arquivístico vai além da peculiaridade do suporte.

O documento foge totalmente aos padrões mais conhecidos como a linguagem alfabética, registrada em papel e de leitura direta bem como sua relação inextricável com o suporte. No mundo digital tudo é codificado em linguagem binária que para se tornar acessível aos olhos humanos, precisa da intermediação de programas computacionais igualmente codificados em bits,

numa sofisticação tecnológica que passa despercebida à maioria dos usuários (RONDINELLI, 2011, p. 224).

Aliado a isso, há também as tecnologias de rede e a sua capacidade de comunicação, através de novas ferramentas de disseminação e produção de informações e documentos.

No bojo dessa discussão encontra-se o documento arquivístico digital e a garantia de sua autenticidade, sendo que visando encontrar respostas e soluções para tais questões, Rondinelli (2011) buscou na Diplomática e na Arquivologia – fundamentalmente pelo caráter complementar de ambas – inicialmente discutir conceitos fundamentais vinculados aos documentos arquivísticos e, conseqüentemente, aos documentos arquivísticos digitais. Nessa linha de pensamento:

Enquanto a teoria diplomática examina os documentos arquivísticos enquanto itens, possibilitando a identificação das características desses mesmos documentos, a teoria arquivística, ao tratar os documentos arquivísticos enquanto partes de agregações, examina suas relações com outros documentos arquivísticos, com as pessoas envolvidas na sua produção e com as atividades no curso das quais eles são produzidos e usados (Duranti; Thibodeau, 2008, p. 404 apud RONDINELLI, 2011, p. 224).

Após justificar a relação necessária entre ambas áreas do conhecimento, Rondinelli passa a discutir, com bastante propriedade, acerca do documento arquivístico digital, fazendo o seguinte questionamento: documento arquivístico digital, o que é?

Para tanto, recupera rapidamente definições sobre o que é um documento, o que é um documento digital, o documento arquivístico, para então, apresentar a definição de documento arquivístico digital, pois entende que o conceito é formulado a partir da junção das ideias das definições acima.

Podemos dizer que o documento arquivístico digital é um documento, isto é, “uma unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável [...]”, “[...] produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades [...]”, “[...] codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional”, em suporte magnético, ótico ou outro (RONDINELLI, 2011, p. 227).

Importante ressaltar, a título de conhecimento, que durante suas reflexões acerca do documento digital, Rondinelli (2011) faz importante observação em relação ao uso dos termos “eletrônico” e “digital” para qualificar o documento resultante do ambiente digital. Explica

que, ainda que o uso do termo “eletrônico” seja o que mais aparece na literatura arquivística internacional em detrimento do documento digital, no Brasil optou-se, via Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, pela utilização do termo “digital”, uma vez que há diferenças técnicas entre ambos. E esclarece que o documento eletrônico é o,

“codificado em forma analógica ou em dígitos binários, acessível por meio de um equipamento eletrônico. Isso significa que todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital. Um exemplo seria uma fita cassete cujo som, embora necessite de um equipamento eletrônico para ser ouvido, não se apresenta codificado em bits” (RONDINELLI, 2011, p. 226).

Retratado o documento arquivístico digital, se faz primordial analisarmos algumas de suas características que garantem, inclusive e fundamentalmente, sua autenticidade.

4.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

Apresentar as características dos documentos arquivísticos em papel ou digitais se torna possível, fundamentalmente, do ponto de vista da Diplomática. Nesse sentido, Rondinelli (2011) elenca: (i) forma fixa, (ii) conteúdo estável, (iii) relação orgânica, (iv) contexto identificável, (v) ação e, por fim, (vi) o envolvimento de cinco pessoas – autor, redator, destinatário, originador e produto –, sendo que pelo menos as três primeiras têm de estar presentes num documento arquivístico.

Com vistas a uma melhor compreensão do que é discutido por Rondinelli (2011), optamos por apresentar, de maneira sinótica, as referidas características no quadro abaixo:

QUADRO 1- Quadro sinótico das principais características do documento arquivístico digital

CARACTERÍSTICA	SIGNIFICADO	QUESTÕES RELACIONADAS
Forma fixa e Conteúdo estável	O documento arquivístico digital tem que manter a mesma apresentação que tinha quando “salvo” pela primeira vez.	O significado está relacionado a estabilidade, algo implícito no documento arquivístico, independente do suporte.
Relação orgânica	Característica inerentemente arquivística e que se encontra implícita no conceito de documento arquivístico.	A relação é estabelecida à medida que os documentos constituem registro de atividades e mantém vínculo inextricável entre si.
Contexto identificável	Hierarquia de estruturas fora do documento, na qual se dá sua produção e gestão.	
Ação	O fato do documento arquivístico participar de uma	Ação é sinônimo de ato.

	ação ou simplesmente apoiá-la, significando que sua produção pode ser obrigatória ou facultativa.	
Envolvimento de cinco pessoas	Autor, redator, destinatário, originador e produto -, sendo que pelo menos as três primeiras têm de estar presentes num documento arquivístico.	Constituem os elementos intrínsecos da forma do documento arquivístico.

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Rondinelli (2011, p. 227-229).

Observação importante a autora faz ao manifestar que as características do documento arquivístico relacionadas ao contexto identificável e a ação, estão implícitas por serem deduzidas do próprio conceito do documento, ao passo que as características relacionadas ao envolvimento de pessoas são oriundas da Diplomática. Reforça ainda que todas as características apresentadas são aplicáveis aos documentos arquivísticos digitais e não digitais.

Após a análise das características dos documentos arquivísticos – independente do suporte – Rondinelli (2011, p. 229) baseia-se exclusivamente na Diplomática para analisar as partes que constituem os referidos documentos, sendo; (i) forma documental, (ii) anotações, (iii) contexto, (iv) suporte, (v) atributos, e (vi) componentes digitais, sendo estes específicos aos documentos digitais.

A (i) forma documental são “regras de representação de acordo com as quais o conteúdo de um documento arquivístico, seu contexto administrativo e documental, e sua autoridade são comunicados” (DURANTI; PRESTON, 2008, p. 811 apud RONDINELLI, 2011, p. 229), sendo composta de elementos intrínsecos e extrínsecos. Os intrínsecos são aqueles que se referem à composição interna do documento arquivístico, a saber: autor, redator, destinatário, originador, produtor, data cronológica, data tópica, indicação e descrição da ação ou assunto, e atestação. Já os extrínsecos da forma do documento referem-se à aparência desse documento. Podemos citar como exemplo características de apresentação geral, de apresentação específica, assinatura eletrônica e sinais especiais.

As (ii) anotações são acréscimos aos documentos após a sua produção, compreendendo três grupos fundamentais: acréscimos no âmbito da sua transmissão, aqueles feitos no curso das atividades das quais o documento participa e os acréscimos próprios da gestão arquivística. Já o (iii) contexto é o ambiente que acontece a ação registrada no documento e se caracteriza por mudar o foco da análise do documento em si para a estrutura que o permeia.

No tocante ao (iv) suporte, isto é, a base física sobre a qual a informação é registrada, Rondinelli (2011) afirma que durante muitos anos foi um elemento importante para testar sua autenticidade. Entretanto, com o advento dos documentos arquivísticos digitais, “o suporte deixa de ser um dos elementos extrínsecos do documento arquivístico digital e passa a integrar seu contexto tecnológico, mais especificamente o item hardware” (RONDINELLI, 2011, p. 233).

No que cabe aos (v) atributos do documento arquivístico digital, valemo-nos das palavras de Duranti e Preston para afirmarmos que se constitui numa “característica definidora do documento arquivístico ou de seu elemento” (DURANTI; PRESTON, 2008, p. 832). Podemos citar como exemplos o nome do autor, do destinatário, formato, direitos autorais etc., sendo que na maioria das vezes os atributos encontram-se expressos em metadados. Por fim, mencionaremos uma parte constituinte do documento arquivístico que se aplica somente à sua apresentação digital. Trata-se do chamado (vi) componente digital, ou seja, dados de forma, de conteúdo e de composição.

Entendemos que compreender as características e as partes que constituem os documentos arquivísticos digitais é de suma importância para garantirmos a credibilidade destes documentos, tendo em vista a natureza dinâmica que apresentam. Tal natureza, ao mesmo tempo que facilita sua elaboração, atualização e comunicação, permite que suas informações se percam ou sejam alteradas, de maneira acidental ou proposital. E isso é particularmente grave no caso do documento arquivístico, pois pode comprometer de maneira definitiva seu papel como “instrumento e testemunho das ações humanas”. (RONDINELLI, 2011, p. 250). Em outras palavras, pode comprometer sua autenticidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo do trabalho, de acordo com a Diplomática é possível inferir que a credibilidade do documento arquivístico digital está fundamentada em três conceitos básicos: acurácia, confiabilidade e autenticidade. Nesse sentido, o grau de variação da forma e do conteúdo de um documento digital, muitas vezes é medido pela existência ou não de regras fixas que o controlam, sendo conhecido por variabilidade limitada. E é justamente essa ideia, alinhada com as características de forma fixa e conteúdo estável – as quais acrescidas de outras quatro: relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor), que “dotam o documento digital estático e não dinâmico de status arquivístico” (RONDINELLI, 2011, p. 253).

Já no que diz respeito às partes constituintes do documento arquivístico, novamente de acordo com a Diplomática, há que observarmos que quanto mais completo, maior será a documentabilidade desse documento, isto é, sua capacidade de documentar a ação da qual participa. “Tal completude implicará diretamente na sua credibilidade, isto é, no seu grau de acurácia, confiabilidade e autenticidade” (RONDINELLI, 2011, p. 253).

As questões apresentadas acima, estritamente centralizadas nas características dos documentos arquivísticos digitais, e igualmente relacionadas com a autenticidade, nos permitem inferir que a Arquivologia está constantemente revisitando suas teorias e metodologias em busca de respostas para demandas de seu fazer, de sua realidade prática. Sobretudo, a revisitação dessas teorias e práticas deve ser contextualizada à evolução tecnológica inerente à era digital, atrelada ao uso de novas ferramentas para produzir e disseminar informações e documentos.

Talvez os maiores questionamentos ainda sejam acerca do documento arquivístico digital, entretanto, após a leitura da tese de Rondinelli (2011), percebe-se o quanto essa área de conhecimento tem se esforçado em busca de soluções. O diálogo com a Diplomática é, sem dúvida, o mais produtivo destes esforços “consilientes”, fortalecendo os laços interdisciplinares entre as duas ciências.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Gilda Maria. **Prefácio**. In: Ciência da Informação, ciências sociais e Interdisciplinaridade. Org. por Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Brasília, Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999. p.9-10.
- COUTURE, Carol et al. **Le fondements de la discipline archivistique**. Québec: Presses de l'Université u Québec, 1994.
- DURANTI, L. **Diplomatics: new uses for na old science**. Scarecrow Press, 1998.
- _____. Registros documentais contemporâneos como prova de ação **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LEAL, Franklin. **Origens da Diplomática**. Rio de Janeiro: UNIRIO, [s.d]. Notas de aula.
- POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. In: Pimenta, C.(coord). Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade. Porto:Campo das letras, 2004.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade**

digital: uma revisitação necessária, 2011, 270f. Diss. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

TOGNOLI, Natália; GUIMARÃES, José Augusto. A Diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: CONGRESO ISKO ESPAÑA, IX, 2009, Valencia. **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2921994>>. Acesso em: 02 jun. 2016.